

LEVANTAMENTO BIOGRÁFICO DE JOSÉ DO PATROCÍNIO E A ÊNFASE NA CARREIRA JORNALÍSTICA E ABOLICIONISTA

Victor Azevêdo Anunciação*

“A ampulheta do tempo inexorável esgota a pouco e pouco os nossos dias. Estiola-se a crença, afetos novos vêm nutrir-nos de novas alegrias”.

José do Patrocínio, *Recordações de Campos*

São Salvador dos Campos dos Goitacazes, cidade interiorana do Estado do Rio de Janeiro, era, por volta do século XIX, uma região com certa notoriedade devido ao seu rápido desenvolvimento, baseado exclusivamente na produção de cana-de-açúcar. Embora bem desenvolvida para a época, ali a vida acontecia em volta do Largo da Matriz, hoje Praça de São Salvador. Perto há o Rio Paraíba do Sul, que corta a área e serviu como ponto de crescimento de um pequeno centro de comércio.

Com alto número de escravos – em torno de 15 mil – que trabalhavam na lavoura de cana, toda a região era influenciada pelos senhores de engenho e pela alta sociedade da cidade. É neste contexto que entra em cena o homem que participará do surgimento de um dos maiores jornalistas do país, e também o maior ativista político da história da abolição da escravidão no Brasil: José Carlos do Patrocínio.

O padre e vigário João Carlos Monteiro, doutor em Cânones pela Universidade de Coimbra e principal figura do clero de São Salvador de Campos dos Goitacazes (MAGALHÃES, 1972), era um dos principais homens influentes na cidade. Segundo Uelinton Farias Alves, jornalista que representou bem a vida do homem em estudo na obra *José do Patrocínio: A imorredoura cor do bronze*,

Ainda jovem seguira para Lisboa, depois pra Coimbra, onde estudou latim e grego, e onde também se matriculou na cadeira de filosofia

*Estudante do quinto período de Relações Internacionais da Faculdade Damas.

racional e moral. Após os preparatórios, ingressou na Faculdade de Teologia, recebendo as ordens sacras em 1822 e o grau de bacharel a 21 de junho de 1825.

Além de padre, administrador da Paróquia de São Salvador, maçom da Loja Maçônica Firme União, ora deputado provincial, ora vereador à Câmara Municipal, era bastante conhecido pela oratória e pela libido para com as escravas sob o seu domínio. Conta Magalhães Júnior que, precisamente aos 54 anos de idade, se encantou com uma negrinha adolescente, beirando os 13 anos, e logo tratou de desviá-la para a então casa do vigário, a fim de garantir-se como o homem a iniciá-la na vida sexual, ao invés dos outros escravos viris que também pudessem alcançar tal feito.

O proveito da vida sexual oferecida pela Justina Maria do Espírito Santo foi breve, visto que logo engravidara, dando à luz ao “inocente José”, como consta no assentamento de batismo da criança.

José Carlos do Patrocínio nasceu a 8 de novembro de 1853, e não foi reconhecido pelo vigário como pai. Há certa divergência entre os principais biógrafos do menino José sobre o emprego do nome próprio Patrocínio.

Magalhães Júnior, biógrafo autor da obra *A vida turbulenta de José do Patrocínio*, afirma que o uso do nome é devido ao dia em que a criança fora batizado: o segundo dia de novembro, consagrado ao Patrocínio da Virgem Santíssima.

Tratava-se, pois, de um motivo de ordem religiosa e não de simples despistamento, pois o menino era criado na casa do cônego com regalias de filho, sentando-se à mesa para as refeições, mesmo com pessoas estranhas presentes.

Uelinton Farias, outro biógrafo – este mais recente –, cita uma história diferente: a de que o eclesiástico omitiu sim a hereditariedade paterna real do menino em questão. E essa omissão se deu ou pelo fato do vigário ter feições “negroides, típico de um mulato claro – pois tinha sangue índio-africano, pelo lado materno” (ALVEZ, 2009), ou pelo fato da vida de um pároco, alta posição clerical da região, não condizer com o fato de ter progenitores.

Pelo sim, pelo não, é certo que a história de José do Patrocínio, devido à sua filiação omitida, porém conhecido por todos, viveu de regalias que sendo filho do vigário teria tido. Um dos mimos do qual o garoto gozava eram as idas à Fazenda do Imbé, propriedade paterna. Lá, possuía certas mordomias que enfatizavam a posição real de Patrocínio na árvore genealógica de Monteiro: tinha o melhor cavalo selado e a liberdade para ir e vir pelas redondezas, estivesse sozinho ou acompanhado por outros colegas de sua idade. Uma dessas companhias – diga-se de destaque – era Luiz Carlos Lacerda, filho do médico da cidade, dr. João Batista de Lacerda. Além de ser o melhor amigo de Patrocínio, Luiz Carlos viria a ser um grande advogado, que defenderia a causa abolicionista.

Uma das histórias de Patrocínio mais interessantes e igualmente controversa à luta abolicionista e, ao mesmo tempo, bastante elucidante sobre o rumo que tomou a vida dele a partir dali. Por critérios pessoais, escolhi a narração de Uelinton Farias para tratar do assunto.

O rapazote, com fumos de autoridade senhorial, mandava e desmandava a torto e a direito. Certa feita, voltando de suas andanças a cavalo pela redondeza da fazenda, chamou com impaciência o primeiro escravo que viu para que este lhe abrisse a porteira, de modo que pudesse entrar com o melhor amigo. Conta Lacerda que esse escravo era um preto muito velho, encarquilhado pelo tempo e pelo trabalho duro, que – talvez pelo cansaço ou por achar que aquele negrinho atrevido demais diante das ordens dadas pelo menino, preto como ele, o que irritou sobremaneira o jovem cavaleiro.

Tomado de impaciência, Zeca deferiu-lhe uma forte pancada na cabeça com o cabo de prata do chicote, produzindo um ferimento que logo esguichou muito sangue. O fato, embora bastante banal nas relações entre escravos e senhores, surpreendentemente foi tomado como grave pelo vigário, talvez por razões humanitárias ou de ordem meramente econômica, uma vez que o escravo, velho embora, fazia parte do seu patrimônio, assim como as terras da fazenda, a casa-grande e os animais.

O vigário João Carlos Monteiro, vindo de suas jogatinas e bebedeiras, soube do ocorrido já tarde da noite, quando o filho já dormia, e num rompante arrancou o menino da cama para lhe dizer algumas verdades.

Ernesto Sena – citado tanto por Magalhães Júnior quanto por Uelinton Farias – também comenta a respeito ao dizer que as palavras do vigário proferiu ao filho

os mais salutares conselhos em uma prática longa e severa com relação apenas à irritabilidade de seu gênio. E afirma que essas palavras calaram profundamente no coração de Patrocínio e tal impressão produziram no seu espírito e na sua consciência que, disse ele anos depois, parecia que todo o seu ser se transformava repentinamente, que a razão lhe abrira novos horizontes, iluminados pela suavidade de uma luz que era como a precursora do perdão e do arrependimento pela maldade praticada.

Os autores, por unanimidade, atestam a possibilidade de João Carlos Monteiro ter citado algo sobre a inferioridade da vítima, a situação genética de Patrocínio e sobre a falta de direito que teria sobre os demais servos e o respeito que deveria ter para com os mais velhos, sendo os mesmos escravos ou não.

Depois do episódio, fora notável o tamanho da dor de cabeça que o reverendo teve com o “afilhado”: agora, José do Patrocínio, já agindo de acordo com um verdadeiro ativista político, “contribuiu para o empobrecimento do pai” (ALVEZ, 2009), auxiliando nas fugas de escravos, propriedades do vigário. Essas escapadas, às vezes articuladas pelo próprio Patrocínio, ocorriam tanto na cidade, pelos escravos da casa paroquial, como também na própria Fazenda do Imbé, e na Fazenda da Lagoa de Cima, outra propriedade de Padre Monteiro.

E não só isso. Patrocínio também envolvia-se em constantes brigas com o pai, sobre absolutamente tudo que não agradasse à pelo menos uma das partes. A maioria dos assuntos nessas brigas era principalmente sobre aqueles relacionados aos servos ou à sua mãe, Justina Maria.

Certa vez, o vigário havia discutido com um dos seus escravos, quando Patrocínio intervira no conflito, defendendo o servo. Tamanha dimensão atingiu a ridicularidade da discussão que Patrocínio chegou a jogar-se da escada. O escravo, atônito, deixou a discussão de lado e correu ao encontro do filho do senhor a fim de socorrê-lo. O pai, que também ficou espantado com absurda audácia do filho, acabou por perdoar o sujeito pelo que tenha feito de “errado”. Ponho entre aspas a última palavra pelo fato de os senhores de escravos da época terem certo abuso de autoridade por, vez ou outra, usarem de qualquer razão para conflitar e menosprezar os escravos.

Outro motivo bastante comum entre as brigas de Patrocínio com o doutor em Câne era sobre o desprezo que a mãe Justina recebia do último. Este, já desinteressado pela ainda jovem negra, e pela repercussão que teve a omissão da filiação de Patrocínio, tratava a mãe de Patrocínio já com tons de aversão, em detrimento de outras escravas mais novas ou de outras donzelas locais.

Uelinton Farias foi feliz ao encontrar a expressão certa para o que José do Patrocínio acabara de passar: “O menino Zeca crescera em tamanho e consciência” (ALVEZ, 2009). De fato, quanto mais amadurecia o jovem José do Patrocínio, maiores problemas o vigário ia adquirindo com tal situação, vendo no filho “um elemento de perturbação, um agitador perigoso” (MAGALHÃES, 1972). Pensando em resolver tal impasse, chegou a cogitar o emprego do afilhado como aprendiz de ferreiro, numa forja. Mas, talvez com a situação do rapaz, subitamente convertido de filho não assumido do vigário a um simples operário, manejando fole até ver barras de ferro incandescerem, o fez desistir da ideia. De ferreiro, e não de empregá-lo. Por causa disso, deve a decisão final o emprego de aprendiz de caixeiro. E tal acontecimento foi explanado pelo próprio Patrocínio, anos depois, na Conferência Abolicionista de 7 de setembro de 1884, e posteriormente resumida pela *Gazeta da Tarde*, no dia seguinte:

Fui caixeiro, em Campos, durante seis dias, e o meu patrão, que era uma excelente pessoa, ao fim desse pouco tempo dirigiu-se a mim e disse-me, com certo acanhamento, que eu não poderia continuar, porque o público não gostava de ver uma pessoa de minha cor no balcão.

Com 27 para 28 anos, a negra Justina já não era de interesse nenhum do cônego e fora substituída por outras servas, mais novas e com a libido mais ativa. Uma delas, aproveitando-se da situação, comumente humilhava a progenitora de Patrocínio, irritando-o profundamente. No ápice de seu conformismo, o filho de João usou de repelência física contra a tal serva que tanto incomodava a mãe. Tal fato provocou um grande alvoroço no ambiente que acabou por culminar na decisão de José de não mais viver naquele lugar. Surgiu aí a ideia de mudar-se para a capital, Rio de Janeiro, onde estava instalada a Corte. É o que conta o próprio:

Comecei a minha vida como quase servente, aprendiz extranumerário da Santa Casa de Misericórdia, em 1868. Tinha então 13 para 14 anos. O diretor do hospital de Misericórdia, Dr. Cristóvão dos Santos, hoje morto, empregou-me por achar original. [...] Saí do Hospital da Misericórdia quando a farmácia passou às mãos das Irmãs de Caridade. [...] Sr. Conselheiro Albino de Alvarenga, hoje vice-diretor da Faculdade de Medicina, [...] empregou-me na casa de saúde do Sr. Dr. Baptista dos Santos, hoje Visconde de Ibituruna.

Logo, aquela experiência iria desenvolver nele um sonho: estudar Medicina e provar que o fato de ser negro em nada comprometeria o sucesso na vida. Mas esse sonho, que tinha como caminho o curso de Farmácia, logo veio a ser meio impossível de atingir, devido ao atraso que era a disciplina, se comparado com outros do mundo.

O estudante não tinha com quem aprender. [...] Não havia um preparador, não havia um aparelho. [...] Nessa aula prática não havia muitas vezes – água!

Da revolta, surgiu a colaboração a jornais, publicando neles “pachorrentas versalhas” (ALVES, 2009). Como a situação política da época era delicada, com a Guerra do Paraguai, por exemplo, surgiu a oportunidade de Patrocínio trabalhar como professor. Quando entrou na vida acadêmica, teve um peso enorme o que estava acontecendo no momento. Acabara de ser aprovada na Câmara dos Deputados a Lei do Ventre Livre, fato que causou grande polêmica na vida política do Brasil, e na de Patrocínio, introduzindo-o aos sentimentos de militância abolicionista.

Ele, que antes morava numa república, acabou por se mudar – não se sabe bem como – para a casa do amigo de externato João Rodrigues Pacheco Vilanova, chácara no bairro de São Cristóvão. Isso por volta de 1874. Nessa época, conheceu Maria Henriqueta, Bibi, futura esposa.

Trabalhando como professor de Letras, começou a ensinar aos irmãos de Vilanova como forma de agradecimento pela hospedagem. Isso incluía doutrinar e, de certa forma, assediar a então consanguínea de João, Bibi. O chefe da família, o Capitão Emiliano Rosa de Sena que, ao passar um tempo, percebeu a atitude de Patrocínio e os sinais de correspondência da filha, tratou logo de conversar com o tutor e acertar a súbita saída da chácara. Sem ter para onde ir, fora logo assistido

pela mãe de Bibi, Dona Maria Henriqueta de Sena, julgando ser intempestiva a atitude do marido, e alugou um chalé próximo à chácara, fazendo Patrocínio mudar seu *status* de hóspede para mero vizinho.

Na chácara dos Vilanova, devido ao grande apreço do Capitão pelo abolicionismo, ali organizava todos os dias, encontros com outros simpatizantes pela causa para discutir política. Esses encontros faziam parte do cronograma do Clube dos Republicanos. Patrocínio, ciente desses encontros, da presença de Bibi lá e de suas habilidades com a oratória – que adquiriu do pai –, não pensou duas vezes ao começar a frequentar tais reuniões.

O que não esperava era, mais importante do que cativar novamente a confiança do Capitão, Patrocínio ganhou o respeito dos frequentadores assíduos do encontro por demonstrar ser “um árduo defensor da democracia, pondo-se ao lado da República e da abolição da escravatura” (ALVEZ, 2009). Por fim, acabou reconquistando o apreço do Capitão e tendo o consentimento dele para namorar Bibi.

A sua estabilidade no Clube dos Republicanos garantiu-lhe o ingresso nas páginas do jornal *A República*, que começou a circular no dia 3 de dezembro de 1870 – data altamente provocativa, visto que, segundo o Uelinton Farias, era um dia depois dos festejados 45 anos do Imperador Dom Pedro II. No entanto, essa participação no jornal foi breve em demasia: mesmo tendo alcançado o objetivo de atingir a Corte com o seu influente poema, não se explica o porquê de não ter havido nenhuma outra participação dele nas demais publicações, fosse em prosa ou verso.

Após essa experiência com o periódico e com outro, mais antigo, *O Lábaro Acadêmico* – da época da Faculdade –, Patrocínio fundou, junto com o colega de faculdade, este do Curso de Medicina, Dermeval da Fonseca, o periódico *Os Ferrões*. Assinando respectivamente por Notus Ferrão e Eurus Ferrão. A obra servia exclusivamente para “ferroar” a vida alheia, e seus adversários, simulada pela Monarquia e seus representantes, responsáveis por toda a política do Império. Segue a introdução:

X ou Y políticos são para nós o que a sensatez da crítica o estabelece.

A partenogênese é o modo de procriação dos nossos juízos, isto é, nenhum elemento maculador lhe contamina a natureza.

Os Ferrões participam exclusivamente do *modus existendi* de seu país.

Ignorando tanto a retórica do insulto quanto a do panegírico, procuram as nossas ferroadas as partes mais sensíveis, porém as menos mortais dos ilustres ferroados.

No mais, vestidos dos nossos trajes burgueses em apresentação cerimoniosa, é que falaremos à opinião pública.

Se a indiferença não sufocar-nos, esperamos ser úteis a nós mesmos e à pátria; se porém seguirmos a regra geral, pedimos aos nosso leitores uma coroa de missas por alma dos...

O periódico, conforme ia crescendo o número de publicações, ficava cada vez mais forte, tomando uma posição mais pendente em prol do abolicionismo e do republicanismo. Supostamente, a respeito da posição de republicanista tomada por Patrocínio fora mais por conveniência do que por princípios pessoais, já que o pai da amada Bibi mantinha em casa um grupo de mesma posição política. Este fato, porém, logo excede à esfera pessoal e se torna um verdadeiro projeto de vida. Tem aí agora *Os Ferrões* como algoz da política imperialista, sem poupar quem estivesse no poder.



Enquanto ainda circulava *Os Ferrões*, outro periódico, o *Gazeta de Notícias*, começou a ser publicado, por volta de agosto de 1875, abrindo novas oportunidades para o futuro abolicionista José do Patrocínio. Diferente do primeiro, a *Gazeta* era apenas um veículo de informação, que dispunha de artes, literatura, contos, crônicas, poesia e notícias diversas, ilustração e caricaturas. Nada de textos inflamando a ira e a revolta, que eram características principais da publicação de Patrocínio e Dermeval.

Estreando apenas em 1877, Patrocínio tem agora a liberdade de publicar textos da própria autoria, não mais usando recursos que denotassem ódio ou rancor. É nessa hora que entram os contos rimados e, como Uelinton Farias diz, açucarados. Alguns deles inclusive direcionados à amada Bibi. Sabia que o texto chegaria nas mãos dela. Fosse pela amizade do dono da *Gazeta* com o pai dela,

fosse pela popularidade que o periódico estava ganhando em todas as classes sociais.

O seu estilo de escrever foi recebendo admiradores por todo o Império que tinha acesso à Gazeta. A forma ritmada de repassar as informações deu a ideia do grande jornalista que Patrocínio viria a ser num futuro não tão longe. Sendo assim, em fevereiro de 1877, lança a sua primeira crônica de caráter político, intitulada *Semana Política*. Com ela, vem assinado pseudônimo que seria considerado um dos mais famosos de toda a história literária Brasileira: Proudhomme – obedecendo a Magalhães, com 10 letras. Uelinton Farias transcreve bem a explicação dada por Magalhães Júnior em sua obra *op. cit. A vida turbulenta de José do Patrocínio*.

A escolha do nome não tinha por acaso. Patrocínio certamente o retirou do famoso autor Pierre-Joseph Proudhon, muito em voga no Brasil daquele período, cuja obra – *Qu'est-ce que la propriété?* – Patrocínio deveria ter lido em alguma ocasião. Seus laços com o escritor francês, nascido em Paris 1809, morto em 1865, eram grandes por duas razões: primeiro porque Pierre-Joseph era filho de uma família pobre, foi pastor de um pequeno rebanho de gado quando criança; depois, porque o autor defendia algo como *l'anarchie c'est l'ordre* – a anarquia é a ordem –, que era uma espécie de lema, ou *La propriété c'est le vol* – a propriedade é um roubo [...] ou “todo dono de escravo é ladrão”.

De acordo com a explanação, deveria Patrocínio ter, então, ares anárquicos, o que não era. Como já havia decidido a se agarrar à bandeira do republicanismo, sobrou como última alternativa a luta de Proudhon contra a escravidão.

Embora poeta de grande refino nas horas vagas, o seu comprometimento com a *Gazeta de Notícias* era exemplar. O público, maravilhado pela ousadia do projeto gráfico do periódico e por seu conceito contundente, começou a acompanhar de perto a evolução de Patrocínio no jornal. Diz Evaristo da Veiga, jornalista e autor da obra *A campanha abolicionista (1879-1888)*:

[...] o que Patrocínio fez, em princípio, foi, precisamente, uma crônica semanal em versos. Pouco depois, incumbiram-no de apanha e resumir, para o jornal, os debates da Câmara dos Deputados. [...] Em 1879, logo após o famoso Congresso Agrícola e em plena agitação escravista, surge Patrocínio, ainda na *Gazeta de Notícias*, como cronista político, começando a celebrar o pseudônimo Proudhomme. Sobrevém o movimento parlamentar abolicionista, com Jerônimo Sodré Pereira e Joaquim Nabuco. [...] Orienta Patrocínio, definitivamente, a sua vida,

fixa a sua preocupação redentora, inicia o cumprimento da sua gloriosa missão.

Ao se destacar como jornalista, romancista, poeta e articulista, Patrocínio acabou ganhando de vez o prestígio junto ao povo, tornando-se ícone na imprensa brasileira. A sua experiência na cobertura jornalística junto à Câmara dos Deputados fez com que não só recebesse a atenção do público leitor pela importância da função dada a ele, como ainda criasse mais e mais afinidade com o abolicionismo, vendo e, principalmente, aprendendo de perto os jogos sujos da politicagem, com seus discursos pomposos voltados à temática da senzala. Como resultado, a direção do *Gazetade Notícias* decide enviá-lo ao Ceará para cobrir uma seca devastadora que estava assolando os moradores da região há mais de um ano.

E lá se foi o jornalista, numa viagem intensa, partindo do Rio de Janeiro e ancorando em várias cidades antes de chegar ao seu destino final. E encanta-se com cidades como Recife e Maceió, para logo em seguida experimentar uma repulsa que não sentira desde que saiu de Campos, dos 13 para 14 anos. E tudo isso é registrado no então jornal que o enviou. No lugar onde geralmente publicava suas crônicas, estava intitulado agora *Viagem ao Norte*.

Todas as suas publicações causam um rebuliço na Capital, atraindo ainda mais os holofotes. Isso porque a escrita, com características pessoais de revolta, continha tanto peso sentimental que tocava no íntimo do leitor, arrancando empolgações até às lágrimas. E esse estilo seguiu adiante, mesmo após seu retorno à Corte.

No começo da década de 1880, foi chegando ao fim a sua fase na *Gazeta de Notícias*. As ideologias defendidas por Dermeval da Fonseca já não eram mais tão semelhantes às de Patrocínio. Outra situação bastante delicada foi a nomeação de Dermeval para a função de Patrocínio enquanto este cobria a seca no Nordeste. O então parceiro do viajante se consolidou na função de um jeito que seria ilógico tirá-lo do cargo.

Por pura arte do destino, o então dono da *Gazeta da Tarde*, Ferreira de Meneses, havia falecido, pouco tempo após o desemprego de Patrocínio. Este, visando a grande oportunidade que havia batido à porta, pede por auxílio ao sogro, no intuito de comprar o periódico e renová-lo, agora com outros objetivos. E foi graças a sua eficiente habilidade em administrá-lo que fez com que a situação financeira e social de Patrocínio mudasse “da água para o vinho”, como Uelinton mesmo cita.

Ainda, segundo o biógrafo, a *Gazeta da Tarde*, saindo de uma tiragem de pouco mais de dois mil exemplares para incríveis 12 mil, Patrocínio mantém o jornal na mesma linha de defesa das liberdades, advogando-a e aceitando propostas e projetos inovadores. Mas, nem tudo era perfeito. Crescia o jornal, assim como as dívidas. Pouco tempo depois, com todos os problemas resolvidos, adquire sangue novo e ataca, mais ferozmente, a Câmara dos Deputados, não perdoando quem estivesse lá. E isso não só era feito por meio de artigos publicados. Patrocínio era um grande conferencista, atividade que começou a desenvolver no final de 1879, com boas ideologias abolicionistas e republicanas. Suas conferências eram tão populares e famosas que logo alcançou a liderança no número de conferências proferidas. Tinha chegado então a hora de uma segunda viagem ao Ceará. Antesuma terra praticamente abandonada pelo Império, agora era o palco de grandes e boas notícias, todas voltadas para o pioneirismo da região no processo oficial de abolição da escravidão. Isso ocorreu praticamente na mesma época dos acontecimentos referentes ao roubo das joias da Coroa, fato que foi vulgar na sociedade carioca.

No trajeto, parando em Salvador, Maceió e Recife, em todos proferindo cada vez mais contundentes conferências sobre o abolicionismo, Patrocínio fora recebido como um herói. Entre conferencista e jornalista, Patrocínio também alforriava, com a ajuda de outros intelectuais locais, o maior número possível de escravos naquelas regiões. É agora que a visão de Patrocínio alcança o pico de sua vida: uma viagem a Paris.

Nem só de motivos políticos culminou na ida à Europa – há relatos também de certos problemas de saúde que o então jornalista sofria. O fato de conceder à esposa uma verdadeira viagem romântica, como sempre sonhou dona Bibi, com sua lua de mel europeizada; a pesquisa para o mais novo romance em projeto: *Pedro Espanhol*; e um possível planejamento na reforma do jornal *Gazeta da Tarde*. Embarcou a 15 de novembro, junto com a mulher, no navio Equador. Tudo isso relatado, graças às cartas enviadas aos amigos que ficaram no Brasil cuidando do periódico. Na viagem, fez vários contatos, destacando Victor Hugo – grande poeta da França à época, que, embora não o conhecesse pessoalmente, foi intermediado pelo seu genro e parente mais próximo, Vitor Schoelcher. E isso resultou em pequena carta do então ilustríssimo poeta a Patrocínio, cuja reprodução subcitada é a tradução literal do francês.

“Uma província do Brasil acaba de declarar a escravidão abolida. Esta é uma grande notícia!

A escravidão é o homem substituído no homem pelo animal; o que pode sobrar da inteligência humana nesta vida animal do homem, pertence ao amo, segundo sua vontade e seu capricho.

Daí as circunstâncias terríveis.

O Brasil infligiu na escravidão um golpe decisivo. O Brasil tem um Imperador; este é mais que um Imperador, é um homem.

Que continue. Nós lhe damos os parabéns e o homenageamos.

Antes do fim do século, a escravidão terá desaparecido da Terra. A liberdade é a lei humana.

Constatamos numa palavra a situação do progresso; a barbárie recua, a civilização avança. Vitor Hugo

O retorno da viagem à Europa reacendeu o fogo de Patrocínio para novas produções. O seu jornal está mais ativo do que nunca, produzindo artigos que não poupam a ninguém. Essas publicações são perfeitamente sincronizadas a acontecimentos que vinham cada vez mais escrachadamente acontecendo na província. As rebeliões, sempre seguidas de fugas, e os maus-tratos aos escravos – sendo fugitivos ou ainda sob dominação do senhor– acabaram por culminar em crescente tensão no ambiente.

Surge uma personalidade na função de um atual Primeiro-Ministro, o baiano Barão de Cotegipe. Extremamente escravocrata, o “Mistura de holandês com negro” (ALVES, 2009) governava seguindo a linha da repressão, do massacre e da perseguição – política ou civil. Nessa época, José do Patrocínio entra na vida política de fato com candidatura a vereador para a Câmara Municipal da Corte. Com o apoio da Confederação Abolicionista, se elege com significativos 207 votos, sendo o quarto mais votado. Agora era a hora de especializar mais o foco na luta abolicionista. A *Gazeta* já não mais lucrava como antes, mesmo demonstrando ter boa tiragem. Seu sócio, Luís Ferreira de Moura Brito, também não dava sinais de que iria continuar com o investimento à empresa, que só trazia avarias às finanças.

Agora, sozinho, restou-lhe a cofundação de mais um ávido instrumento de imprensa, o jornal *Cidade do Rio*, circulando a partir de 28 de setembro de 1887. Seu sócio, André Rebouças, também participava ativamente na esfera política na defesa da posição abolicionista. É nessa ocasião que, tendo a incrível percepção de como lidar com a política monárquica, fica claro que o abolicionismo não tinha mais o status de um empecilho ao Imperador Dom Pedro e à Princesa Isabel, e sim um mero acontecimento tardio, cuja ociosidade estava a cargo do Barão de Cotegipe.

Sendo assim, José do Patrocínio, como sempre precavido, pôs-se a se preparar para um acontecimento que estava agora no caminho que não tinha mais volta: a abolição da escravatura no Brasil. E alguns fatos comprovavam que o instinto do abolicionista estava certo: a princesa Isabel, por exemplo, entregara pessoalmente cartas de libertação a mais de cem escravos. E não era só isso. Alguns conservadores, antes escravocratas convictos, agora defendiam com certo furor a ideia abolicionista.

No dia 3 de maio de 1888, foi aberta a 3ª seção da 20ª legislatura da Assembleia Geral com o discurso de Isabel, exaltando a necessidade da abolição da escravatura por causa da vontade de toda a sociedade. Uma necessidade que, segundo ela, se negada, contrariaria “o sentimento nacional e das liberdades particulares”.

Com esse discurso, foi citado o planejamento de, no dia seguinte, ser apresentada a proposta elaborada que traria o fim do processo de escravidão no Brasil. Assim, a 8 de maio, foi Rodrigo Silva que narrou a proposta do Governo, abaixo redigida:

Art. 1º - É declarada extinta a escravidão no Brasil.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Após a formalização do documento, foi votado em primeira discussão. A 9 de maio, dava-se a segunda discussão, e no dia seguinte, a terceira. O resultado foi surpreendente: com 89 votos contra apenas 9, o projeto foi aprovado e seguiu para o Senado, já no dia 11 de maio. Novamente, o documento continuou em discussão por dois dias seguidos, sendo a lei finalmente enviada à sanção da Princesa Isabel no próprio dia da aprovação. E finalmente, no dia 13 de maio de 1888, munida de uma caneta de ouro incrustada com pedras preciosas, a princesa assinou a Lei Áurea, nº 3.353, abolindo todos os escravos do país.

A princesa Imperial Regente em nome de Sua Majestade o Imperador o Senhor Dom Pedro II faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e sancionou a Lei seguinte:

Art. 1º - É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário

Manda portanto a todas as autoridades a quem o reconhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém.

O Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e Interino dos Negócios Estrangeiros Bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888 – 67º da Independência e do Império. princesa Imperial Regente. Rodrigo Augusto da Silva.

Um conflito envolvendo o 17º Batalhão de Infantaria, em São Paulo, e o chefe de Polícia da Capital, Dr. José Joaquim Cardoso de Melo Júnior, deixou o clima na província um tanto alvoroçado. Por ocasião, o batalhão, que fora expulso do Rio de Janeiro em direção à Capital do Brasil, aliou-se aos republicanos a fim de atacar a Monarquia. Chegando ao destino final, criaram-se novos conflitos, com acusações e

inclusive ameaças de morte. Por haver escolhido apoiar o Governo ao invés dos militares, um dos alvos de tais agressões e intimidações foi José do Patrocínio. Este, munido ainda da forte imprensa representada pelo *Cidade do Rio* e por não temer nenhuma retaliação, rebate as ameaças de forma contundente, no periódico.

Cria também a Guarda Negra, uma organização formada por ex-escravos sediada no próprio jornal do abolicionista, deixando provas contundentes de que era o líder dessa organização. Este movimento é comparável a uma tropa de choque cuja principal finalidade era agir na dissolução de comícios republicanos pelo uso da força. A ideologia do grupo era proteger das violências republicanas o sistema que os libertara. Justifica-se então a lealdade à monarquia, opondo-se aos “paulistas”, que pretendiam a instalação do novo regime. Isso leva o jornal mais coercitivo e agitante a ser uma ameaça direta aos republicanos. Claro que eles, visando diminuir a moral da organização de Patrocínio, falavam sobre a escravidão ser restaurada com o fim da Monarquia e, assim, reescravizar os negros alforriados.

No fim das contas, os republicanos tiveram maior chance, devido ao batalhão que tinham como apoio, sendo a República finalmente proclamada e instaurada. Com isso, José do Patrocínio renuncia ao mandato de vereador, com a justificativa de que não estava mais representando as pessoas que o coloraram no poder, pois estas agora estavam suprimidas.

Os próximos acontecimentos preenchem os últimos anos de Patrocínio, que já não tem mais a mesma influência política. Ele participa da importação do primeiro automóvel do Brasil na condição de comprador. Isso pouco antes do início da sua decadência financeira, a começar pela falência do jornal *Cidade do Rio* e pela perda do seu inacabado balão – um projeto que havia planejado a fim de distrair a depressão que o assolava dia após dia - perdido numa terrível tempestade, em meados de 1901. É o que conta Uélinton Farias.

No fim da vida, ficou hipocondríaco, temendo toda sorte de doenças. Passou os últimos meses a receber amigos, mesmo deitado, ou a jogar cartas com Zeca, seu filho mais velho. Também andava a cavalo, pelo entorno da estação do Engenho de Dentro. No último mês em que viveu, foi diariamente ao centro da cidade. Certo dia choveu muito e [...] resolveu se abrigar durante a noite na casa de seu cunhado, o capitão

Frederico de Albuquerque Cavalcanti[...] [No outro dia] À noite, volta para a casa do Engenho de Dentro, ainda debaixo de chuva.

Provavelmente, essa chuva teria piorado o estado de enfermidade que tinha. No domingo, 30 de janeiro de 1905, escrevia artigo sobre a morte do então colega de trabalho do *O Besouro*, Rafael Bordalo Pinheiro. Após algumas linhas, para subitamente, vomita um pouco de sangue e falece minutos depois. No bolso da calça, 12 mil réis, o pagamento completo do artigo de *O País*, que seria publicado no dia seguinte.

E assim jaz um negro de fibra, que, por muito e por poucos, lutou por algo que mais do que uma realização profissional, seria a maior vitória da sociedade da época.

REFERÊNCIAS

ALVES, Uelinton Farias. *José do Patrocínio: a imorredoura cor do bronze*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

GUILHON, Orlando J. F. *José do Patrocínio*. São Paulo: Editora Três, 1974.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1969, v. 3.

MORAES, Evaristo. *A campanha abolicionista (1879-1888)*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1924.

ORICO, Osvaldo. *O tigre da abolição*. Rio de Janeiro: Olímpica, 1953.

PATROCÍNIO, José do (Org. José Murilo de Carvalho). *Campanha Abolicionista*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1996.

_____. *Motta Coqueiro ou a pena de morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

SIMÕES, Ricardo Japiassú. *O escândalo do roubo das jóias: o Imperador e a Condessa de Barral em folhetins cariocas*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.